



## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2. MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>9</b>
<b>2.1. Introdução</b>	<b>9</b>
<b>2.2. Participações de capital – investimentos financeiros nas contas individuais</b>	<b>10</b>
<b>2.2.1. Método do custo</b>	<b>11</b>
<b>2.2.2. Método do justo valor</b>	<b>12</b>
<b>2.2.3. Método da equivalência patrimonial</b>	<b>13</b>
<b>2.3. Controlo e influência significativa</b>	<b>16</b>
<b>2.4. Goodwill / Negative goodwill</b>	<b>18</b>
<b>2.5. Tratamento contabilístico do método da equivalência patrimonial</b>	<b>27</b>
<b>2.5.1. Reconhecimento inicial</b>	<b>27</b>
<b>2.5.2. Imputação dos resultados das participadas</b>	<b>28</b>
<b>2.5.3. Ajustamentos na imputação dos resultados das participadas</b>	<b>32</b>
<b>2.5.4. Distribuição de resultados das participadas</b>	<b>33</b>
<b>2.5.5. Cobertura de prejuízos das participadas</b>	<b>36</b>
<b>2.5.6. Outras alterações no capital próprio das participadas</b>	<b>38</b>
<b>2.5.7. Primeira aplicação do método da equivalência patrimonial</b>	<b>40</b>
<b>2.6. Lucros não atribuídos</b>	<b>42</b>
<b>2.7. Imparidade de investimentos financeiros</b>	<b>53</b>
<b>2.8. Efeitos das transações internas</b>	<b>55</b>
<b>2.9. Acumulação de prejuízos</b>	<b>60</b>
<b>2.10. Alienação de investimentos financeiros</b>	<b>63</b>
<b>2.11. Apresentação nas demonstrações financeiras</b>	<b>65</b>
<b>2.12. Divulgações exigidas no anexo</b>	<b>67</b>
<b>2.13. Enquadramento fiscal</b>	<b>68</b>
<b>2.14. Outras referências</b>	<b>71</b>
<b>2.14.1. Datas de relato diferentes do investidor e investida</b>	<b>71</b>
<b>2.14.2. Políticas contabilísticas</b>	<b>72</b>
<b>2.14.3. Descontinuar a aplicação do método da equivalência patrimonial</b>	<b>72</b>
<b>2.14.4. Aumentos e reduções do capital</b>	<b>73</b>
<b>2.14.5. Aprovação do relatório de gestão e contas</b>	<b>73</b>
<b>2.14.6. Utilização de estimativas para a aplicação do método da equivalência patrimonial</b>	<b>74</b>
<b>2.14.7. Impostos diferidos</b>	<b>74</b>
<b>2.15. Caso prático 1</b>	<b>76</b>
<b>2.16. Caso prático 2</b>	<b>82</b>
<b>3. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS</b>	<b>91</b>
<b>3.1. Introdução</b>	<b>91</b>



3.2. Sociedades coligadas	93
3.3. Obrigatoriedade e dispensa da elaboração de contas consolidadas e exclusões da consolidação	94
3.4. Objetivos e limitações da consolidação de contas	97
3.5. Definições mais relevantes	99
3.6. Percentagem de participação e percentagem de controlo	99
3.7. Perímetro de consolidação	105
3.8. Operações de pré-consolidação	106
3.8.1. Homogeneização contabilística	106
3.8.2. Conversão cambial	108
3.8.3. Data das demonstrações financeiras a consolidar	111
3.9. Métodos de consolidação	112
3.9.1. Método de consolidação integral	112
3.9.2. Método de consolidação proporcional	113
3.9.3. Método da equivalência patrimonial	114
3.9.4. Análise comparativa dos diferentes métodos de consolidação	115
3.10. Procedimentos de consolidação	120
3.10.1. Soma de saldos	121
3.10.2. Anulação dos efeitos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	121
3.10.3. Eliminação da participação financeira	122
3.10.4. Interesses que não controlam	126
3.10.5. Operações intragrupo	131
3.11. Saldos intragrupo	132
3.12. Operações recíprocas	133
3.13. Operações não recíprocas	137
3.13.1. Venda de inventários	139
3.13.2. Alienação de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis	145
3.14. Divulgações exigidas no anexo	150
3.15. Outras referências	150
3.15.1. Manual de consolidação	150
3.15.2. Técnicas de consolidação	151
3.15.3. Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	152
3.15.4. Impostos diferidos	154
3.16. Caso prático 1	156
3.17. Caso prático 2	159
3.18. Caso prático 3	164
4. CONCLUSÃO	187
5. BIBLIOGRAFIA	189